



**ACÓRDÃO Nº629/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 1560/2007.**

**Apenso:** Processo nº 6346/2010 e 2373/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Advogado:** Juárez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM 5851

**4- Órgão:** Câmara Municipal de Barreirinha

**5- Exercício:** 2006

**6- Responsável:** Ronan dos Santos Barbosa (Ordenador de Despesa)

**7- Unidade Técnica:** DICAMI

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3858/2018-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Barreirinha. Exercício de 2006.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Barreirinha, exercício de 2006, sob a responsabilidade do **Sr. Ronan dos Santos Barbosa**, Presidente daquela Casa e Ordenador de despesas, nos termos do art. 19, inciso II e art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96 c/c o art. 11, inc. III, alínea "a", item 2, da Resolução nº 04, de 23.05.2002;

**10.2. Considerar em Alcance** o **Sr. Ronan dos Santos Barbosa**, Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 12.110,00** (doze mil, cento e dez reais), conforme art. 304, III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo em vista que a despesa se mostrou ilegítima e em desconformidade com as ações do Poder Legislativo, a quem não cabe distribuição de calendários comemorativos, além de não haver fundamentação legal para subsidiar tais aquisições, conforme item 3, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos no **prazo de 30 dias** na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Barreirinha, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



**ACÓRDÃO Nº629/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Ronan dos Santos Barbosa**, Presidente da Câmara Municipal de Barreirinha e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constante nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 9, da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Barreirinha** que nos exercícios vindouros seja adotado um melhor planejamento de suas ações e evite a fragmentação de despesas, observando com maior rigor os ditames da Lei nº 8.666/93, principalmente no que diz respeito ao artigo 24 e seus incisos; (itens 4 e 5, da fundamentação do Voto)
- 10.5. Recomendar à Câmara Municipal de Barreirinha** que retrate fielmente os períodos a que as diárias compreendem nas notas de empenhos emitidas, evitando, assim, falhas desta natureza; (item 6, da fundamentação do Voto)
- 10.6. Recomendar à Câmara Municipal de Barreirinha** que observe com maior rigor os arts. 54 e 55, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, principalmente no que diz respeito aos prazos para publicação dos relatórios de gestão fiscal, comprovando-a, ainda que mediante aposição de carimbo; (item 8, da fundamentação do Voto)
- 10.7. Recomendar à Câmara Municipal de Barreirinha** que evite gastos excessivos com diárias, e observe, quando concedidas, os ditames do art. 9º, parágrafo único, incisos I, II e III, da Resolução nº 05/2008-TCE/AM, a fim de que os relatórios contemplem minuciosamente os



**ACÓRDÃO Nº629/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

motivos ensejadores da viagem, inclusive o período/horário de deslocamento, com a documentação que comprove efetivamente as viagens. (item 9, da fundamentação do Voto)

**11- Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Outubro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Conselheiro Relator

**JOAO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral